



O ENSINO MILITAR E SUA DIMENSÃO HISTÓRICA

João Evangelista Mendes da Rocha

O artigo apresenta a evolução cognitiva dos currículos de formação dos oficiais do Exército Brasileiro, destacando o elo de natureza afetiva que os tem caracterizado.

Atônica social demorou a se revelar formalmente nos currículos das escolas de formação de oficiais das Forças Armadas, ao longo dos últimos dois séculos. Os aspectos técnicos, táticos e estratégicos de cada Arma e o estudo da Matemática foram as constantes mais evidentes dos currículos e da prática pedagógica.

Retrocedendo à primeira metade do século passado, entre 1810 e 1850, constatamos que, na parte teórica, o estudo de Matemática (Elementar e Superior, chegando ao Cálculo Diferencial e Integral) distribuída por diversas disciplinas predominava, em absoluto, na carga horária, digamos 80%. Os restantes 20% eram voltados para dis-

ciplinas curiosas, como Pirotecnicia, Ótica, Astronomia, Metereologia, Geodésia, Ataque e Defesa de Sítios Memoráveis, Arquitetura, Navegação e, até, com titulação bastante estranha, Catametração, destinada à escolha de terrenos conforme os fins. Todas eram, naturalmente, úteis e adequadas para a época.

Com o desdobramento em dois institutos de ensino — o antigo, que permaneceu no Largo de S. Francisco (a Escola Central), e o outro, que se instalou na Fortaleza da Praia Vermelha (1855-1874) — surge, no ensino teórico, a primeira disciplina de cunho social, denominada, “Noções de Direito das Gentes e de Legislação Militar”, mais tarde ampliada para

“Direito das Gentes, Noções de Direito Natural e de Direito Público e Legislação Militar”, ao lado da Matemática, que continuou a predominar fortemente nos currículos, e outras disciplinas afins.

A reforma de 1874, refletindo os ensinamentos, advindos da Guerra do Paraguai, trouxe um significativo alento ao estudo das ciências sociais, com a inserção de História no currículo (Antiga, Média, Moderna, Contemporânea e Pátria) e acréscimo de Direito Internacional (aplicado às relações de guerra), além do estudo de línguas e Noções de Economia Política e Direito Administrativo. Isto, para decepção dos arautos da preponderância, cada vez maior, estritamente profissional, dos aspectos técnicos e práticos na formação dos oficiais.

Com a República, nova reforma, novo regulamento de ensino, sob a inspiração de Benjamin Constant e sua filosofia positivista — ele que, enquanto professor, sempre se interessara pela melhoria do ensino, tendo lecionado em várias escolas, inclusive, na Escola Militar. No currículo do início do regime republicano, amplia-se o estudo das disciplinas de caráter social (e humano), com a introdução de Geografia Física e Política, Sociologia e Moral, além do reforço do estudo de línguas. Tudo isso ainda sem quebra da parte relativa à Matemática (e ciências correlatas), desde os primórdios a disciplina-chave, a espinha dorsal dos currículos militares. “A República rompia os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império e desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo

com a fase de prosperidade material em que o País se engajava”, segundo Caio Prado Junior, em *História Econômica do Brasil*.

E veio “a era do Realengo”, na feliz expressão de Jehovah Motta, em sua significativa obra *Formação do Oficial do Exército* (Editora Cia. Bras. de Artes Gráficas, 1976), fonte obrigatória de consulta e na qual me louvei para a elaboração desta síntese. E ninguém melhor do que ele para definir essa profícua e saudosa “era” (V Período, pág. 269 da citada obra): “Com o fechamento da Escola da Praia Vermelha, em 1904, abre-se a era do Realengo. Ela duraria quatro décadas, prolongar-se-ia até 1944. Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer os seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o Exército. Ali se refletiriam as preocupações do Ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes, os impulsos renovadores da ‘Missão Indígena’, o pensamento adulto da ‘Missão Francesa’. Ali repercutiriam, enfim, todas as vicissitudes do Exército republicano em busca dos caminhos que o levassem a estádio superior de eficiência técnica e de dignidade cívica.”

A partir de 1944, com a mudança para Resende (RJ), inicia-se a fase da AMAN — Academia Militar das Agulhas Negras, que conservou a linha didático-curricular da Escola Militar de Realengo, com ênfase no ensino prático-profissional, distribuído pelas Armas, e presentes, na parte teórica, as disciplinas: Noções de Direito, Legislação Militar, Administração, História Militar, Sociologia e Economia

Política.¹ Coincidindo praticamente o início de funcionamento da AMAN com o término da II Guerra Mundial, nada de relevante ocorreu em seus currículos, à luz dos ensinamentos da participação da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália, o que seria de esperar, a exemplo das repercussões que houve com as Missões Francesa e Indígena, a República e a Guerra do Paraguai.

Só na década de 70 se inicia na AMAN (como em suas congêneres — a AFA, da Força Aérea, e a Escola Naval, com ligeiras mudanças de enfoque) o estudo mais amplo das Ciências Humanas e Sociais, com as especialidades conhecidas hoje, ou sejam, Economia, Administração, Psicologia e Filosofia, além de Redação e Estilística e idiomas, ao lado da Informática e das sempre presentes História Militar e Direito.

Três sentimentos, porém, são plenamente reconhecidos, como que permeando todas as marchas e contramarchas da doutrina de ensino nas Forças Armadas: o amor à Pátria, a qualidade dos mestres e instrutores e a honestidade de propósitos. Nesse clima, só poderia prosperar o exercício de uma *autoridade* sadia, consciente, na base daquele lembrete, à vista de todos, que existia na passagem do segundo para o terceiro pátio do venerável casarão da Escola Militar do Realengo: “Ides comandar, aprendei

a obedecer”. Essa *autoridade* que não se confunde com *autoritarismo* (que restringe a liberdade individual) e, muito menos, com *violência*, facetas do ensino militar, apontadas pelo professor da AFA, Antonio Carlos Ludwig, em sua tese de doutorado *A formação do oficial brasileiro e a transição democrática*. Afinal, obediência e disciplina, columnas mestras da hierarquia militar, devem ser, por sua própria natureza, rigorosas, mas não, severas, ao ponto de chegarem à violência, o que seria a negação daqueles atributos.

E a prova maior da incompatibilidade de formação do oficial das Forças Armadas com o *autoritarismo* e a *violência* está em suas fontes de recrutamento, as camadas sociais mais carentes da população. Com números, referentes às últimas décadas, de Alfred Stepan, em *Militares na Política*, reproduzidos por Celso Castro em sua obra *O Espírito Militar — Um estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*, sabemos que cerca de 87,2% dos oficiais provêm das classes médias, baixa qualificada e baixa não-qualificada. Só 6% provêm da alta tradicional (fazendeiros e industriais), e um pequeno percentual (6,7%) de origem desconhecida: órfãos, profissões não-qualificadas e as não declaradas. Para confirmar esses dados, foi apresentado por Stepan outro indicador de origem social dos cadetes, qual seja o nível de escolaridade dos progenitores dos que ingressaram na AMAN nos meados de 60. Entre eles, os de grau superior eram 29,8%, enquanto que os de primeiro e segundo graus totalizaram cerca de 70%

1. Sociologia e Economia Política foram incluídas no currículo em 1934, mas não foram ministradas, sendo já no ano seguinte excluídas, voltando-se à linha geral dos currículos estabelecidos nos regulamentos de 1924 e 1929.

(ainda Celso Castro em seu livro citado).

E esse mesmo autor, um antropólogo que fez sua pesquisa, dentro da AMAN, convivendo com os cadetes no seu dia-a-dia, deixa consignada uma pequena história, entre outras, que lhe foi contada por um cadete e que é aqui

reproduzida a título de encerramento das considerações atrás expostas: "Conheci uma moça passeando na rua e conversando comigo ela disse: *Vocês militares se acham donos de tudo, mas o que importa é o povo. Aí eu disse: Mas eu sou do povo.*"

Cel. Ref. JOÃO EVANGELISTA MENDES DA ROCHA — Oriundo do Colégio Militar do Ceará, é da Turma de 1937 de Infantaria da Escola Militar do Realengo. Participou da FEB — Força Expedicionária Brasileira, inicialmente, como 1º Ten e depois, no posto de Capitão, comandando a 2ª/6º RI. Entre os cursos do Exército, possui o de Técnica de Ensino pela Diretoria de Ensino do Exército. Graduado em Administração Pública pela FGV/RJ e em Problemas Brasileiros pela UFRJ.

CONCREJATO

SERVICOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.

QUALIDADE COM GARANTIA EM RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS

RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL
APLICAÇÃO DE CONCRETO JATEADO
TRATAMENTOS ESPECIAIS DA SUPERFÍCIE DO CONCRETO
RESTAURAÇÃO PREDIAL
CONSTRUÇÕES ESPECIAIS

- R.J. — Rua Fonseca Teles, 40 — Tel 585-3335 — Fax 589-8967 Cep 20940-060
S.P. — Rua Quintana, 753 4º and. — Tel 536-3500 — Fax 240-2387 Cep 04569-011
B.H. — Av. Pres. Carlos Luz, 5309 — Tel 441-1799 — Fax 441-1262 Cep 31310-250
BSB. — SCS. — Edifício Carioca, sala 609 — Tel 224-8322 — Fax 321-1927 Cep 70325-900
SSA. — Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573 sala 1105 Tel 359-8862 — Fax 358-8188 Cep 40330-600
RE. — Av. N.S. de Fátima, 58 — Tel 251-2801/251-1840 Fax 215-2810 Cep 50781-721



CAXIAS, PIONEIRO DA TELEGRAFIA EM CAMPANHA

Antonio Sergio Geromel

Neste artigo, são apresentados aspectos históricos das Comunicações do Exército Brasileiro, e divulgados dados pouco conhecidos sobre as origens da "Arma de Rondon".

AS COMUNICAÇÕES ANTES DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Na histórica data de 11 de maio de 1852, foi realizada a primeira ligação de telegrafia elétrica no Brasil, entre o Paço Imperial, na Quinta da Boa Vista, e o Quartel-General do Exército, no Campo de Santana. Os pioneiros operadores foram o Professor Guilherme Schüch Capanema¹ e o Coronel Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão.

O emprego dos meios de comunicações elétricos havia nascido da invenção do telégrafo por Samuel Morse, em 1844, no bojo da Revolução Industrial, que trouxe profundos reflexos para a arte da guerra.

Considera-se a Guerra da Criméia² (1854-1856) como o marco inicial do emprego do telégrafo elétrico em combate, o que passou a permitir uma rápida transmissão de ordens e, conseqüentemente, ampliou a mobilidade estratégica dos exércitos.

Na campanha de 1851-1852, contra o ditador argentino Juan Manoel Rosas, o Exército Brasileiro se valia apenas da correspondência postal como meio de comunicações, o que trazia grandes transtornos à conduta das operações.

Por um largo tempo, as linhas telegráficas pouco foram ampliadas no Brasil, apesar do empenho do Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, em

1. Fundador da Repartição Geral dos Telégrafos do Brasil.

2. Conflito travado na península da Criméia (Ucrânia) entre a Rússia e uma coalizão liderada pela França e Inglaterra.

estabelecer um sistema telegráfico ao longo do litoral brasileiro. A motivação era a repressão ao contrabando de escravos, iniciado a partir de 1850.

No ano de 1858, além das localidades próximas à Corte, apenas o Rio Grande do Sul, em função de tensões fronteiriças, já contava com linhas telegráficas até Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

A INVASÃO PARAGUAIA

A invasão do Mato Grosso, pelas forças de Solano Lopez, em dezembro de 1864, veio provar a absoluta falta de comunicações com o interior do País. Para caracterizar essa lamentável situação é exemplar a carta do Visconde de Camamu, Ministro da Guerra, a Albino de Carvalho, Governador de Mato Grosso, em 3 de março de 1865:

“O Governo Imperial há muito tempo que não recebe notícias de Mato Grosso.

“A invasão pelos soldados paraguaios, a tomada do Forte de Coimbra, Miranda, etc., as depredações horrosas, praticadas pela ferocidade do inimigo, nada tem servido de incentivo para que V. Ex.^a empregasse os máximos esforços para dar conhecimento das ocorrências momentosas que se estão dando, pondo mesmo o governo na indeclinável necessidade de ajuizar dos tristes sucessos pelas notícias suspeitas vindas por via do Paraguai e Rio da Prata, ou anunciadas por algum particular, que dessa Província tenha chegado.

“Na presença disto tudo, sou obri-

gado a fazer-lhe sentir quão estranhável tem sido o seu descuido e determinar-lhe mui positivamente, que não conte com os correios ordinários para remessa da correspondência importante, antes empregue em conduzi-la próprios de confiança, bem montados e bem pagos, e com aqueles intervalos aconselhados pela maior ou menor gravidade das circunstâncias.”

No início de 1865, Solano Lopez deu início à invasão simultânea da Argentina e do Brasil, a cavaleiro dos rios Paraná e Uruguai (figura 1). Ao que tudo indica, ele tencionava pôr fim à mediterraneidade que estrangulava a nação guarani.

As colunas comandadas pelo Gen Robles (Corrientes) e pelo Ten Cel Estigarribia (Rio Grande do Sul), isoladas por um terreno inóspito e desprovido de estrada transversal que garantisse as ligações, jamais puderam se comunicar, embora várias tentativas tenham sido feitas com estafetas montados. Esse fato contribuiu, ponderavelmente, para o fracasso da ofensiva de Lopez.

A partir daí, a iniciativa passou para as forças Tríplice Aliança, firmada entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, em 31 de maio de 1865. O objetivo era Humaitá, fortaleza às margens do rio Paraguai, que representava uma posição geográfica e militar.

A OFENSIVA ALIADA — CURUPAITI

Apesar das adversidades, os aliados penetraram no território inimigo

e dobraram o exército paraguaio na batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, mas não puderam prosseguir avançando por deficiência de meios, particularmente cavalos.

Desde então, foi a inação por muito tempo. Preparando-se para uma longa defensiva, Lopez mandou estabelecer ligações telegráficas entre seu quartel-general, no Passo Pucu, e todas as outras posições do exército, como Curupaiti, Humaitá, Esquerda e Sauce.

Mais de três meses depois da batalha de Tuiuti, a vitória contra as trincheiras de Curuzu colocou por terra a prudência até então demonstrada pelos aliados. Decidiu-se por um ataque contra a posição fortificada de Curupaiti (figura 2).

Tal ação, desfechada em 22 de setembro de 1866, resultou em uma contundente derrota para os aliados: a esquadra sofreu sérias avarias e as forças de terra tiveram 4.000 baixas, enquanto os paraguaios perderam apenas 250 homens.

Entre as explicações para o desastre de Curupaiti, se assinala o ataque frontal a uma posição fortificada, o desconhecimento do terreno, a falta de unidade de comando, a denodada resistência paraguaia e a *deficiência de comunicações*.

Em termos de comunicações, a principal deficiência foi a falta de coordenação entre os executantes da ação sobre Curupaiti, a reserva e a manobra de cavalaria pelo flanco, além da ligação precária entre o Exército e a Marinha.

O plano de ataque a Curupaiti determinava uma ação da esquadra pelo rio Paraguai, simultânea à ação

das tropas aliadas por terra, constituídas pelo 2º Corpo, do Barão de Porto Alegre, e pelo Exército Argentino, todos sob o comando pessoal de Mitre. Paralelamente, Flores realizaria, com a cavalaria, um amplo movimento pelo flanco leste, enquanto o Gen Polidoro,³ comandante do 1º Corpo, em Tuiuti, atacaria quando fosse oportuno.

AS COMUNICAÇÕES EM CURUPAITI

Para que a reserva soubesse a oportunidade de entrar em ação, foi acordado um código de sinais com a esquadra:

 sinal nº 1 - a esquadra principiou o ataque a Curupaiti;

 sinal nº 2 - Curupaiti calou suas baterias;

 sinal nº 3 - o exército começou o ataque;

 sinal nº 4 - Curupaiti é nosso;

 sinal nº 5 - convém um ataque geral;

 sinal nº 6 - nossas forças voltaram às suas posições anteriores;

 sinal nº 7 - seguem sobre Humaitá;

 sinal nº 8 - alcançaram a vitória.

Esses sinais seriam feitos através de galhardetes e confirmados com dois tiros de peça, após o que o patacho Iguazu, fundeado na lagoa Pires, os transmitiria para o observatório de Tuiuti.

Segundo Tamandaré, comandante da esquadra, os sinais serviam “para

3. O pioneiro operador do telégrafo em 1852, agora general.

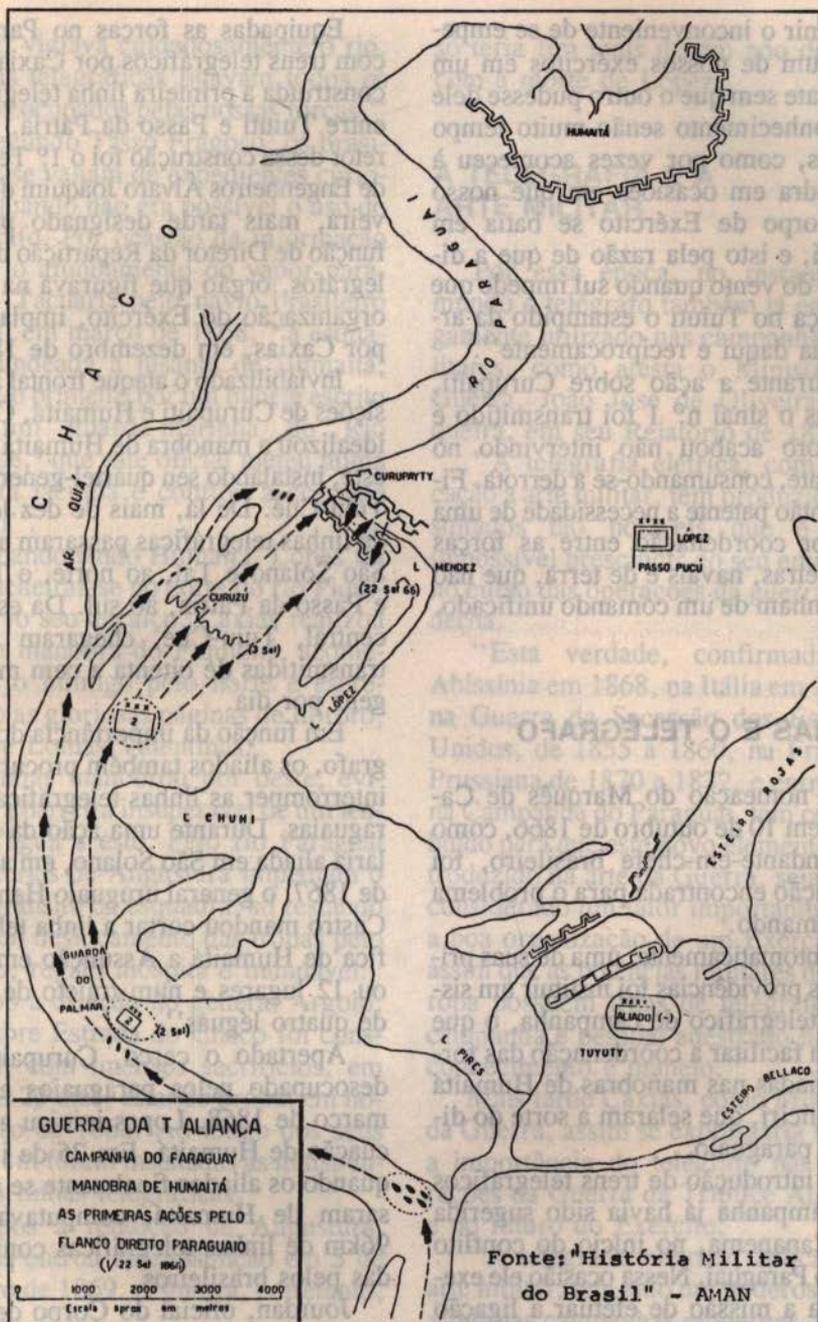


Figura 2

prevenir o inconveniente de se empenhar um de nossos exércitos em um combate sem que o outro pudesse dele ter conhecimento senão muito tempo depois, como por vezes aconteceu à esquadra em ocasiões em que nosso 1º Corpo de Exército se batia em Tuiuti, e isto pela razão de que a direção do vento quando sul impede que se ouça no Tuiuti o estampido da artilharia daqui e reciprocamente”.

Durante a ação sobre Curupaiti, apenas o sinal nº 1 foi transmitido e Polidoro acabou não intervindo no combate, consumando-se a derrota. Ficou então patente a necessidade de uma melhor coordenação entre as forças brasileiras, navais e de terra, que não dispunham de um comando unificado.

CAXIAS E O TELÉGRAFO

A nomeação do Marquês de Caxias, em 10 de outubro de 1866, como comandante-em-chefe brasileiro, foi a solução encontrada para o problema de comando.

Sintomaticamente, uma de suas primeiras providências foi instituir um sistema telegráfico de campanha, o que viria a facilitar a coordenação das forças aliadas nas manobras de Humaitá e Piquiciri, que selaram a sorte do ditador paraguaio.

A introdução de trens telegráficos em campanha já havia sido sugerida por Capanema, no início do conflito com o Paraguai. Nessa ocasião ele executava a missão de efetuar a ligação telegráfica Rio—Porto Alegre, para atender à tensão política no sul do País.

Equipadas as forças no Paraguai com trens telegráficos por Caxias, foi construída a primeira linha telegráfica entre Tuiuti e Passo da Pátria. O diretor dessa construção foi o 1º Tenente de Engenheiros Álvaro Joaquim de Oliveira, mais tarde designado para a função de Diretor da Repartição de Telegráfos, órgão que figurava na nova organização do Exército, implantada por Caxias, em dezembro de 1867.

Inviabilizado o ataque frontal às posições de Curupaiti e Humaitá, Caxias idealizou a manobra de Humaitá, pelo este, instalando seu quartel-general em Tuiu-Cué. De lá, mais de dez léguas de linhas telegráficas passaram a ligar São Solano e Taí, ao norte, e Tuiuti e Passo da Pátria, ao sul. Da estação central, Tuiu-Cué, chegaram a ser transmitidas de oitenta a cem mensagens por dia.

Em função da importância do telegrafo, os aliados também procuravam interromper as linhas telegráficas paraguaias. Durante uma ação da cavalaria aliada em São Solano, em agosto de 1867, o general uruguaio Henrique Castro mandou cortar a linha telegráfica de Humaitá a Assunção em “10 ou 12 lugares e num trajeto de mais de quatro léguas”.

Apertado o cerco, Curupaiti foi desocupado pelos paraguaios e, em março de 1868, Lopes iniciou a evacuação de Humaitá. Em 25 de julho, quando os aliados finalmente se aposaram de Humaitá, computavam-se 96km de linhas telegráficas construídas pelos brasileiros.

Jourdan, oficial do Corpo de Engenheiros durante a guerra, descreveu: “A esquadra, acima e abaixo de Hu-

Humaitá, vigiava cuidadosamente o rio. Linhas telegráficas ligavam todos os pontos ocupados pelas nossas forças.”

Segundo Tasso Fragoso, os brasileiros se valiam de expedientes curiosos, quando não era possível o uso do telégrafo. Por ocasião da informação sobre o afundamento do vapor paraguaio Tacuari, pelo navio brasileiro Bahia, em março de 1868, “a esquadra fundeada à jusante de Humaitá, soube-o primeiro por um bilhete escrito por um guarda-marinha do Rio Grande,⁴ que este oficial meteu numa garrafa lacrada e confiou à corrente do rio”.

Abandonando Humaitá, Lopes foi entrincheirar-se no corte do rio Piquiciri. No seu encaço, Caxias realizou a bela manobra do Piquiciri, atraindo o inimigo pelo norte e escrevendo as gloriosas páginas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas.

Caxias manobrou por oeste, evitando a barreira insuperável de um lençol d'água a este. Pelo rio Paraguai as baterias de Angustura impediam o livre trânsito da esquadra, só restando o difícil deslocamento das tropas pelo Chaco, região inóspita e inundável.

Sob a direção do general Argolo, a célebre Estrada do Chaco foi construída, com imensos sacrifícios, em apenas 23 dias, estando pronta em novembro de 1868. Ao longo dos seus 10.714m foram instaladas as indispensáveis linhas telegráficas.

Após a rendição de Angustura, Caxias entrou em Assunção em 5 de janeiro de 1869. A guerra, entretanto,

só teria fim mais de um ano depois, com a morte de Lopez.

A TELEGRAFIA E A ARTE MILITAR

Por essa época, no restante do mundo o telégrafo também já era largamente utilizado nas campanhas militares, como atesta o Ministro da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, em seu Relatório de 1875:

“A telegrafia elétrica, com aplicação à arte militar, tem produzido resultados tão notáveis que é hoje impossível prescindir do seu emprego no curso das operações da guerra moderna.

“Esta verdade, confirmada na Abissínia em 1868, na Itália em 1861, na Guerra da Secessão dos Estados Unidos, de 1855 a 1860, na Franco-Prussiana de 1870 a 1872, e entre nós na Campanha do Paraguai, tem contribuído para que este novo elemento, introduzido na arte da Guerra, seja hoje considerado um fator importante para a boa organização de um Exército: é assim que as potências militares da Europa possuem trens de telégrafos de campanha e pessoal adestrado no seu conhecimento e manejo.”

Mais tarde Caxias, como Ministro da Guerra, assim se expressaria sobre a importância do telégrafo nas operações da Guerra da Tríplice Aliança e no futuro do Exército:

“A telegrafia elétrica, aplicada à arte militar, tem sido um poderoso auxiliar nas campanhas modernas, e por isso as nações mais adiantadas têm introduzido este importante melhora-

4. Navio da esquadra brasileira.

mento nos seus Exércitos.

“Os resultados que dele obtivemos na Campanha do Paraguai têm feito com que o Governo Brasileiro preste a maior atenção a este assunto: assim é que, tendo já mandado fazer aquisição do preciso material, e habilitar-se alguns oficiais em tal especialidades, na Repartição de Telégrafos do Ministério da Agricultura, resolveu o da Guerra, por aviso de 23 de junho de 1875, nomear o Major do Corpo de Engenheiros Catão Augusto dos Santos Roxo para ir em comissão à Europa estudar, além de outras matérias, a telegrafia militar, devendo ele indicar os progressos e melhoramentos nesta introduzidos que possam com vantagens ser aplicados ao nosso Exército.

“Entrando hoje a telegrafia militar no programa das doutrinas que formam o curso de estudos da Escola Militar, remeteu este Ministério o Relatório do Major Santos Roxo ao comando da referida Escola, a fim de que, ouvindo o respectivo conselho de instrução, informe se pode ele ser aproveitado para servir de compêndio dessa doutrina.

“Concordando com o que expendeu o meu antecessor em seu Relatório de 1875, julgo conveniente a criação de uma Companhia de Telegrafistas Militares, que deverá fazer parte do Batalhão de Engenheiros.”

Com este último parágrafo, Caxias reconheceu a individualidade daquela nova especialidade, embora ainda como componente do Batalhão de Engenheiros. Eis aí um importante passo na longa caminhada, de quase um século, para a emancipação das comunicações militares.

A COMPANHIA DE TELEGRAFISTAS — EMBRIÃO DA ARMA DE COMUNICAÇÕES

Terminada a Guerra do Paraguai, cuidou-se de aparelhar a tropa de Engenharia para atender à formação de especialistas necessários aos empreendimentos públicos indicados pela experiência bélica.

Os problemas mais vivos a serem resolvidos eram o dos transportes e o das comunicações, particularmente no Rio Grande do Sul, no oeste paranaense e em Mato Grosso, o que impedia a aplicação oportuna e decisiva do poder nacional. Surgiu então o Exército como fator de integração nacional.

Em 1880 o Batalhão de Engenheiros foi reorganizado para poder ser empregado na construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas. O seu primeiro empreendimento no campo das comunicações, concluído em dezembro de 1881, foi a ligação telegráfica entre Alegrete e São Borja, com um ramal para Itaqui.

Em 1888 foi criada a Arma de Engenharia. No ato de criação ficou determinado que a nova Arma constaria de dois batalhões, a quatro companhias cada: a primeira e a segunda de sapadores e mineiros conjuntamente, a terceira de pontoneiros e a quarta destinada a trabalhos de estradas de ferro e telégrafos.

Pouco depois, no ano seguinte, deu-se mais importância ao telégrafo, criando-se uma companhia apenas para as linhas telegráficas. Concretizava-se, assim, a sugestão de Caxias.

Até 1956, quando finalmente se criou a Arma de Comunicações, outros

eventos significativos contribuiriam para tal desfecho, entre eles a decisiva participação da Companhia de Transmissões, da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, na Campanha da Itá-

lia. Entretanto, o primeiro lampejo foi, certamente, aquele proporcionado pelo insígne Caxias, com a introdução da telegrafia em campanha, na Guerra da Tríplice Aliança.

No Pará,
o Banpará é quem
dá uma força a você.

BANPARÁ
Banco do Estado do Pará S.A.